

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2015:**

*Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, Vice-Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.*

===== Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos**. =====

===== Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m. =====

===== Não esteve presente na reunião o Senhor Presidente **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, por se encontrar a representar o município.

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início à reunião o Senhor Presidente em exercício fez a seguinte intervenção: *Eu aproveitava este período de antes da ordem do dia para propor um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Artur Costa, que foi um autarca e um oliveirense atento, preocupado, porque gostava de Oliveira de Azeméis e que nos fazia chegar as suas preocupações com o objetivo de valorizar, embelezar e engrandecer a cidade e o concelho de Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente da Câmara Municipal também recebeu uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD com assento na Assembleia Municipal, dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em que propunha a atribuição do nome do Senhor Artur Costa ao Campeonato Concelhio de Columbofília. Eu também propunha que a Câmara Municipal reforçasse essa concordância e que se remetesse esse voto favorável da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, que depois terá que ser objeto de deliberação na Assembleia Municipal. Para além disso, queria destacar a inauguração, no passado sábado, e a comemoração do 25.º aniversário da Multimoto, marcada pelas magníficas instalações, como alguns de nós teve a oportunidade de ver, o que demonstra a força empreendedora destes empresários oliveirenses e que caracteriza no fundo o empreendedorismo que é natural e inato aos empresários de Oliveira de Azeméis. Eu também propunha aqui um voto de congratulação*

como reconhecimento da Câmara Municipal pelo sucesso, importância e contributo desta empresa para a economia local e para a boa imagem da nossa cidade, do nosso concelho e dos nossos empresários. Esta inauguração mereceu a presença do Senhor Secretário de Estado Dr. Manuel Castro de Almeida. Seguidamente o Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Bom dia. Obviamente que eu também me revejo nas palavras do Senhor Vice-Presidente, acho que nós todos vamos sentir um bocadinho a falta do Senhor Artur, uma pessoa singular e um bom exemplo do que é a democracia, porque era um assíduo frequentador das nossas reuniões e que mostrava de facto o interesse que tinha. Ele tinha uma qualidade que eu admiro muito, que era o facto de Oliveira de Azeméis estar sempre acima de tudo. Eu esta semana já tenho reuniões marcadas com a Associação Columbófila no sentido de continuar com o legado que ele deixou. Eu vou falar essencialmente de desporto, de eventos que vão acontecer e de situações que no fundo nós nos sentimos muito orgulhosos. Em primeiro lugar, destacar mais uma conquista do Núcleo de Atletismo de Cucujães no Campeonato Distrital de Corta-Mato da Associação de Aveiro, que são campeões absolutos em Sub-23. Mais uma vez este clube de Cucujães orgulha-nos com vitórias e com prémios. Sabemos bem que esta modalidade apesar de querida sofre sempre de enormes dificuldades de treino e de competição. O meu elogio direto ao NAC e acho que é comum a todos. Depois falar-vos também que também está de parabéns o basquetebol da União Desportiva Oliveirense que estará presente na Final Four da Taça da Liga de Basquetebol em Oliveira do Bairro, no final deste mês, o que no fundo consagra todo o trabalho que esta secção da União Desportiva Oliveirense tem nos últimos anos. Apesar de estar ali perante grandes candidatos ao título, a União Desportiva Oliveirense volta a estar e continua a estar nos grandes palcos do basquetebol nacional. Depois falar-vos também que teremos a honra de ter em Oliveira de Azeméis, neste caso na freguesia de Cesar, um jogo de preparação da Seleção Nacional Portuguesa de Futebol Feminina, um jogo a realizar no dia 10 de fevereiro, pelas 15h, no Estádio do Mergulhão, num jogo com a Suíça. Este facto premeia um bocadinho o que aquele clube vem fazendo no âmbito do futebol, do futebol feminino em particular, num reconhecimento também da Federação Portuguesa de Futebol pelas modalidades femininas, que nós temos contribuído e de forma singular para a sua promoção em Oliveira de Azeméis, não só no futebol, mas também no futsal e, portanto, também será um prémio para todos os praticantes, atletas e desportistas de Oliveira de Azeméis. Depois falar-vos também que iniciou precisamente esta semana, na segunda-feira, o que denominamos de PIN – Plano de Iniciação à Natação – e que implica um grupo de cerca de setecentas crianças, dos três aos cinco/ seis anos, dos nossos pré-escolares públicos, em que a Câmara Municipal disponibiliza gratuitamente para estas quase setecentas crianças o início à natação na nossa piscina municipal, com transporte incluído e, portanto, elas vão ter a sua primeira experiência. Será um esforço da Câmara Municipal no sentido de as levar a gostar desta modalidade que tão bem faz à saúde. Por último, queria também destacar uma conferência que vamos realizar no dia 30 deste mês, na Biblioteca Municipal, sobre os Valores da Ética do Desporto. Trata-se de uma ação promovida pelo o

Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano e o Plano Nacional da Ética no Desporto, em colaboração com a Confederação do Desporto de Portugal (CDP). Entidades que levarão a cabo diferentes ações de formação subordinadas ao tema da “Educação para Valores e Ética pela Prática Desportiva”. É uma ação destinada aos treinadores e aos técnicos do desporto e no fundo pretendemos manter um bocadinho esse trabalho que temos desenvolvido no âmbito da ética do desporto e que de alguma forma culmina com uma preocupação geral junto das nossas hostes diretivas dos clubes e de todos os agentes desportivos com quem vamos trabalhando. Posteriormente o Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que fez a seguinte intervenção: Muito bom dia a todos. Algumas questões, creio que todas elas já recorrentes, mas que era preciso que houvesse algumas explicações por parte do Executivo, neste caso por parte do Senhor Vice-Presidente se tiver conhecimento. Uma delas, tem a ver com a Casa Sequeira Monterroso, nós já ficamos aqui no mandato anterior de fazer uma visita e acho que cada vez mais está na hora de nós fazermos uma visita àquele espaço, todo o Executivo, perceber o estado em que se encontra e podermos discutir, todos em conjunto, as potencialidades daquele local e o destino a dar-lhe nos próximos tempos. Seria importante, uma vez que estamos a falar de um edifício que foi adquirido pela Câmara Municipal há mais de dez anos e que despendeu ali mais de meio milhão de euros e, portanto, nós não podemos ter aquele edificado ao abandono daquela forma. Uma outra questão, tem a ver com aquele muro de Ossela que o Dr. Ricardo Tavares ficou de analisar e ver o ponto de situação. Seria importante que as questões que nós colocamos sejam respondidas em tempo útil e que não tenhamos que andar aqui sistematicamente a falar delas, esta é uma questão de sim ou não, se tem ou não licença. O Senhor Presidente da Câmara na última reunião ficou muito espantado pela minha afirmação acerca dos locais de descarga da Indaqua em plena via pública, nomeadamente na rotunda em Lações, junto ao Bairro. Curiosamente, naquele dia, tive conhecimento que a Indaqua comunicou a um conjunto de Juntas de Freguesia que haveria onze locais onde todas as entidades estavam autorizadas a fazer as descargas e, portanto, aquele efetivamente consta daquela relação. Portanto, não percebo qual é o espanto do Executivo quando deveria conhecer, porque foi a Câmara Municipal que comunicou certamente à Indaqua quais os locais onde poderia estas descargas de saneamento. Aquele local e outros não são locais apropriados e dão má imagem de Oliveira de Azeméis. Uma última questão, Senhor Vice-Presidente, tem a ver com percebermos se está em condições de nos dizer quais foram as candidaturas apresentadas pelo município em sede de overbooking do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Terminaram as candidaturas no dia 09 de janeiro e era preciso nós percebermos o que é que expectável que nós possamos vir a ter em caso de acolhimento das nossas propostas de candidaturas a esta última fase, penso eu, do QREN e antes de existirem aqui já as candidaturas ao Portugal 2020. Deveria ser do conhecimento de todo o Executivo a que o município se candidatou, não quer dizer que com isso venha a ser aprovado, esperemos que sim, mas seria importante nós termos estas respostas. Posteriormente o Senhor Vice-Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Muito bom

dia a todos. Obviamente que eu não poderia começar a minha intervenção sem me associar a este voto de pesar pelo falecimento do Senhor Artur Costa. Seguramente que é uma figura que nos marcou ao longo destes cinco anos e que tinha a presença assídua aqui nas reuniões de Câmara, pelo menos quando as condições de saúde lhe permitiam. Portanto, uma referência e naturalmente associar-me a esse voto de pesar pelo seu falecimento e ter de alguma forma também presente o trabalho que desenvolveu, especialmente na área da columbofilia. Gostava de deixar aqui algumas notas relativamente aos últimos acontecimentos. Começava por referir a atribuição do prémio relativo à recolha de óleos alimentares usados, Reciclo- Óleo, à Escola EBI n.º 2 de Oliveira de Azeméis, Escola de Lações, que conseguiu recolher maior número de litros de óleo alimentar usado. Esta iniciativa de alguma forma serve de exemplo e incentiva a que esta seja uma prática cada vez de maior participação de todos, evitando as descargas destes óleos, quer no saneamento, quer de outras formas, poluindo e degradando o meio-ambiente. A Escola EBI de Lações foi a que venceu, ficou em primeiro lugar; em segundo lugar, a EBI de Areosa, Pinheiro da Bemposta e em terceiro lugar a EBI de Carregosa, que tiveram também direito a um prémio. A ideia é de continuar a manter este concurso nos próximos anos e de alguma forma também passar a mensagem de que é necessário promover este tipo de hábitos de recolha para reciclagem de óleo alimentar usado. Também referir aqui a vinda mais uma vez do Bispo D. João Lavrador desta vez à freguesia de Ul. Esteve presente na Missa em que se procedeu à Bênção e à Consagração dos Altares. No fundo deu de alguma forma visibilidade ao grande investimento que foi feito em termos de requalificação da Igreja de Ul. Na sequência desta cerimónia depois procedeu-se à reposição do busto em bronze do Padre Fonseca, que voltou ao sítio de onde tinha sido roubado em 2011. Foi uma homenagem da freguesia de Ul a este Pároco que se destacou não só pela forma como pauteava a freguesia de Ul mas também pela intervenção cívica que fez, enfim em tempos diferentes, mas de qualquer maneira que auxiliou muitos dos seus concidadãos a resolver muitas das questões que iam para além da sua própria tarefa enquanto Pároco. Aliás, durante essa cerimónia, houve lugar a uma intervenção por parte do Senhor Bartolomeu da Fonseca Rego, sobrinho deste Pároco, que fez a reconstituição histórica relativamente à função deste Pároco. A freguesia de Ul prestou uma vez mais homenagem, desta vez repondo o busto em bronze da figura do Padre Fonseca. Como sabem na última sessão da Assembleia Municipal Extraordinária, em que se debateu o Programa Aproximar a Educação, foi referido que havia uma nova versão, uma nova proposta de contrato. Hoje mesmo procedi à distribuição, envio por correio eletrónico, penso que já receberam essa versão, e que é uma nova proposta onde são acauteladas muitas das questões que foram objeto de negociação. Realçava que há um novo anexo, que é o anexo 5, todos os outros já estavam na versão anterior, e também realçava que no que diz respeito ao anexo 2, está a ser objeto de trabalho com os Agrupamentos no sentido de clarificar a distribuição de responsabilidades, de atribuições e competências a cada uma das partes, no que diz respeito às responsabilidades que nesse anexo são atribuídas ao município, aos agrupamentos de escolas e ao Ministério da Educação e Ciência. Esta é também uma questão que penso que brevemente

iremos trabalhar aqui no âmbito deste Executivo e, portanto, será também objeto de trabalho e se for necessário deve-se proceder a uma reunião, nem que seja extraordinária, para esse efeito, para discussão e debate, havendo novidades também relativamente a esta matéria. Também gostava de lembrar que está em discussão pública o alargamento e as alterações ao regulamento da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã, que nós aprovamos aqui na reunião do Executivo, está em discussão pública até ao final do mês. Ontem houve uma sessão pública em Ul, não foi muito participada, houve algumas pessoas, ela foi anunciada e até objeto de publicação de editais em todas as Juntas de Freguesia. Este é o momento das pessoas lerem, se pronunciarem e apresentarem sugestões ou alterações para se proceder depois ao encerramento desta questão da discussão para publicação e entrada em vigor daquilo que é a nova Paisagem Protegida, do seu novo regulamento, tendo em conta que se procedeu a algumas alterações. Finalmente gostava de referir que em reunião com a FAMOA e com a parte do associativismo ficou decidido que se iria relançar este ano novamente o Carnaval, a realizar na terça-feira, dia 17 de fevereiro, por vontade dos vários grupos que costumavam participar e querem uma vez mais participar, tendo em conta que se verificou que há acordos coletivos de trabalho, nomeadamente na área da indústria metalo-mecânica e de calçado, que têm esta data como uma data de feriado, de tolerância, em que não trabalham e, portanto, alguma disponibilidade para que as pessoas que costumam ou costumavam participar no Carnaval o façam este ano uma vez mais no dia próprio, que é na terça-feira de carnaval. Também lembro que no dia 07 de fevereiro, como é habitual, se realiza o Carnaval Infantil, que é num sábado à tarde e esperamos que quer num caso, quer no outro, o S. Pedro nos ajude com o tempo. O Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus, que disse. Bom dia. Uma pergunta e dois comentários. A pergunta, e uma vez que estamos em questões recorrentes, eu volto a questionar o ponto de situação do muro em Bustelo. A última vez que fiz a pergunta sobre este assunto, o Senhor Vice-Presidente leu-nos um parecer onde se reconhecia de forma clara que o particular tinha construído o muro em espaço público e por isso tinha duas soluções: ou demolia o muro e recuava até aos limites do seu terreno ou o município vendia a parte ocupada. Já decorreram uns meses e nunca mais discutimos isso cá, por isso queria saber o ponto de situação, qual foi a opção que o município tomou e o andamento do processo. O primeiro comentário, prende-se com notícias que infelizmente se discutem diariamente na comunicação social e que nos afetam a todos também, porque somos potenciais doentes, e que se prende com o que anda a acontecer nos nossos hospitais e o de Santa Maria da feira não fica fora do mapa do que tem acontecido. Acho que isto nos deve levar a alguma reflexão, serena, sei que neste momento o importante é encontrar soluções para o imediato, mas penso que isto tem que fazer base de uma reflexão mais profunda, porque em primeira linha verifica-se que muito disto que acontece resulta de uma concentração nos grandes hospitais e no encerramento de outras urgências que foram encerradas em hospitais mais pequenos. Por isso, eu espero que desta experiência pelo menos resulte claro uma coisa: a necessidade da manutenção da Urgência do Hospital de Oliveira de Azeméis. Já se falou aí que tentava-se por todos os meios,

nomeadamente, retirando-lhes capacidades de resposta no sentido de depois conduzir ao seu encerramento, ou seja, esvaziando-a de algumas possibilidades de exames, de análises e afins, de forma a depois a justificar a pouca afluência das pessoas à Urgência. Portanto, eu espero que pelo menos isto sirva de reflexão, se não for para reabrir outras, pelo menos manter as que estão porque a concentração efetivamente não está a funcionar e não resulta para os doentes. A segunda, prende-se com a dimensão deste hospital que agora está a ter o mesmo problema que todos os outros e que tem a ver com as urgências, mas já existe na comunidade de doentes queixas muito fortes e muito preocupantes, com outras especialidades, e refiro-me nomeadamente à ortopedia onde o Hospital da Feira cancela sistematicamente cirurgias que estão agendadas, no próprio dia e muitas com doentes já internados e que lhes é dito que por motivos urgentes não é possível realizar a cirurgia e manda-os para casa. Mais do que ficar uma semana ou duas, ou um mês à espera de uma nova data, tudo isto tem o impacto emocional nos doentes que eu não consigo imaginar, porque não é de ânimo leve que nos preparamos mentalmente para uma intervenção cirúrgica, estamos a falar até de hérnias disciais que têm resultados incertos, e obrigam as pessoas a reestruturar toda a sua vida, nomeadamente em termos de trabalho, filhos e tudo e depois de uma hora para a outra o hospital com um simples telefonema manda as pessoas para casa. Portanto, eu acredito que haja dificuldades, a minha intervenção não tem a ver com a dimensão só da crítica por si, o que eu apelava e uma vez que estamos no âmbito dos Municípios das Terras de Santa Maria, que em possíveis reflexões que os autarcas façam sobre esta temática se coloquem ao lado da Administração deste Centro Hospitalar e que de forma transparente se assumam as dificuldades e se comece a encontrar junto da tutela resultados para isto, porque efetivamente nós não nos podemos conformar com as coisas que vão acontecendo e, portanto, devemos trabalhar para que as coisas sejam ultrapassadas. O segundo comentário, está aí pelo país todo discussões, colóquios sobre os fundos que estão para chegar, os chamados 2020, e onde resulta quase claro uma ideia, o dinheiro a vir é essencialmente conduzido para a economia e para o apoio às empresas. Eu não tenho dúvidas da importância disso, agora era importante que este país também percebesse que nós não somos só economia, nós somos um povo, uma alma e isso alimenta-se com desporto, alimenta-se com cultura e alimenta-se com um conjunto de bens imateriais que nós não podemos prescindir deles, sob pena de ficarmos aqui um povo sem mais nada além de umas grandes empresas, que faturam muito dinheiro e que contribuem para que o défice de Portugal se normalize, que não tenho nada contra, mas penso que tem que haver aqui um equilíbrio. E isto para dizer que este concelho, como temos vindo a falar, precisa desses fundos estruturais para muitas infraestruturas que são fundamentais para que nós consigamos dar qualidade de vida aos oliveirenses. Não temos a parte essencial, que é a água e o saneamento que eu espero que venha a ser resolvido, senão temos aí uma tragédia para os próximos anos, se não vier para isso não sei como é que nós vamos resolver o nosso problema de taxas de saneamento, embora o Prof. David Justino tenha achado que aquele exemplo que foi dado em S. Roque era um mero exemplo isolado no concelho, mas se ele soubesse o resto ficaria bem mais preocupado. Isto

tudo por causa do Caracas. O Caracas foi uma sala de cultura de referência na região durante muitos anos, era a melhor sala nas nossas redondezas e hoje tirando Vale de Cambra, que também já está a trabalhar para superar isso, se calhar beneficiando ainda de uma excelente construção que teve no passado, a verdade é que o Caracas é a única sala que não oferece em termos de som, de luz, de técnica e de meios audiovisuais, qualidade para o mundo moderno. A Feira deu o último salto agora, requalificou o Teatro que está uma sala excelente, todos os nossos vizinhos aqui ao lado. Eu espero que a tutela perceba que a vida de um país é muito mais do que economia, que aliás mesmo sendo economia só demonstra ignorância, porque a dimensão da economia no Produto Interno Bruto tem a sua relevância, gera muita economia e por isso que nós tenhamos a possibilidade de requalificar esta nossa sala, que com as qualidades que tem do passado e com uma modernização de toda a tecnologia ela possa vir a ser novamente uma sala de referência. E não venham com o discurso de que nós já temos muitas salas de cultura e muitas infraestruturas nesta área, porque nós temos um concelho com mais de sessenta mil habitantes e por si só justifica e tem mercado para ter uma sala da dimensão do Caracas. E também sabemos perfeitamente que da mesma maneira que eu vou a S. João da Madeira à Casa da Criatividade ver um espetáculo, lá se passa da mesma forma se houver cá bons espetáculos e boa qualidade para assistirmos e certamente os sanjoanenses e as pessoas dos outros concelhos virão cá. Por isso o meu desafio, é que a gente não deixe cair esta oportunidade e que se tente também desmontar um bocado esta ideia de que a nossa vida é economia e nada mais. Seguidamente o Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que fez a seguinte intervenção: Bom dia. Eu também queria aqui fazer uma referência ao falecimento do Senhor Artur Costa, tenho muito apreço pelo seu nível de participação cívico e também no movimento associativo, ele era uma presença assídua aqui nas nossas reuniões públicas e de certeza que para todos nós é uma grande perda a sua ausência. Queria fazer também uma referência a alguns acontecimentos na área cultural e social no município de Oliveira de Azeméis. Começo por fazer referência à exposição da artista Cássia Mendes, que foi inaugurada no passado dia 10 de janeiro. Fazer esta referência porque trata-se de uma docente na área da biologia, que também tem esta característica artística e que também no seu desempenho profissional arrasta alunos à arte da pintura. Já que estou a falar em docentes, não poderia aqui deixar de fazer uma referência muito positiva ao recente Clube de Economia e Pensamento do Agrupamento de Escolas Soares de Basto, que levou a cabo o primeiro encontro na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, com o título “Direito ao Trabalho e a Crise”, dinamizada pelo Prof. Dr. Júlio Gomes. Foi uma tarde rica em esclarecimentos. Na área social e no âmbito do projeto Azeméis Intercultural, no passado dia 16 decorreu no Centro Lúdico mais um encontro denominado “Infusão de Culturas”, onde tivemos aqui a oportunidade de trocar conhecimentos sobre a cultura da Ucrânia. Tivemos seis mulheres ucranianas a falar da sua experiência e trouxeram também alguns testemunhos e usos daquele país. A acontecer, eu começaria também por anunciar aquilo que toda a gente já conhece, no próximo fim-de-semana, vamos ter no Cine-Teatro Caracas dois concertos pelo

Grupo DAMA e dizer-vos que é um concerto que irá ficar decididamente para a história do Caracas, porque penso que é o primeiro espetáculo com dois momentos a ficar esgotado assim tão rapidamente. Acho que também nos leva a pensar que mesmo com aquelas condições físicas ainda conseguimos trazer para a comunidade oliveirense espetáculos e que vai havendo adesão. Relativamente àquilo que a Dra. Ana de Jesus referiu, eu desde que estou com a tutela do Caracas muito me tenho esforçado pela sua requalificação, já há um projeto em cima da mesa, já se fizeram reuniões com a Direção Geral de Cultura e penso que estamos prontos para agora com o Novo Quadro Comunitário ter a requalificação que todos nós desejamos para aquela sala, que apesar de ter quarenta e seis anos de existência ainda continua a contribuir ou a realizar a sua missão. E depois também fazer uma referência à Biblioteca Municipal, que vai ter no dia 31 de janeiro a apresentação de mais um livro de um oliveirense, Tavares Ribeiro, e também fica já aqui o convite para participarem neste momento cultural. O Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: São questões que de alguma maneira já foram aqui abordadas anteriormente mas não gostaria de as deixar passar até porque já tarda a resposta. Uma delas, tem a ver exatamente com o Dr. Ricardo, relativamente a uma resposta à situação de um famoso portão que se encontra na via pública, pelo menos é assim que dizem os utentes. Saber se de facto já traz essa resposta hoje e qual é a resposta, se é a manutenção de um portão na via pública ou se de facto não é uma via pública e, portanto, a desclassificação daquele caminho ou daquela via como pública. Relativamente à questão das candidaturas e isto prende-se com uma intervenção que solicitei ao Senhor Presidente na última reunião, ele ficou em ver se de facto havia alguma candidatura em que estivesse envolvida a Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis, portanto, se soubesse, eu gostava de saber em que pé está esse processo. Finalmente, relativamente às Margens do Caima, vai fazer cerca de três anos agora em fevereiro a ocorrência de um grau de destruição elevado de algumas infraestruturas que foram realizadas no âmbito da recuperação das Margens do Caima, excetuando a remoção de material lenhoso, continua tudo exatamente como estava, com oferta de perigo a quem visita aquela zona, além da imagem que é uma imagem de degradação acentuada. Aquele investimento que ultrapassou os setecentos mil euros foi um investimento importante para aquela zona, para a valorização em termos de possibilidade de utilização por visitantes e neste momento praticamente está restringida a circulação de pessoas, de visitantes, de utentes que possam visitar aquela localidade. Portanto, saber qual é o plano, uma vez que estamos a cerca de cinco meses, nem tanto, da abertura de mais um ano estival e qual é o plano de recuperação daquele espaço e de que maneira vai ser feita particularmente nalgumas zonas como as lagoas artificiais e também zonas de passagem, zonas pedonais que têm erros, do meu ponto de vista, em relação ao atravessamento de linhas de água. O Senhor Presidente na altura tinha prometido que os técnicos iriam ao local e que iríamos discutir isso com os técnicos, passaram três anos praticamente e continuamos exatamente à espera dos técnicos e não sabemos exatamente de que maneira é que vai ser feita. Relativamente à questão do Programa Aproximar a Educação, o Prof. Isidro diz que tem mais uma versão, de facto é

importante que venham versões, é importante que haja essa discussão com as escolas de forma franca e aberta, o que não aconteceu até muito próximo. Agora tentamos dizer que fomos todos muito democratas, partilhamos toda a informação e a verdade é que não aconteceu, devia ter acontecido sempre desta forma, por parte do Governo e por parte dos Municípios que estão envolvidos neste processo, nós criticamos isso na altura e acho que criticamos bem. Este processo é um processo estranhamente acelerado nesta fase final do Governo e nós não podíamos deixar de criticar este processo, que até poderá ter virtualidades, mas francamente as virtualidades que possam existir com aquilo que foi criado em termos de desconfiança, penso que vai ser difícil, a confiança é como um cristal que sendo partido parece-me que vai ser difícil de recuperar. É óbvio que há aqui receio por parte dos agrupamentos que estão envolvidos nesta discussão, uma vez que há sempre algumas observações subtis que se fazem relativamente à forma como as pessoas possam manifestar as suas opiniões divergentes de quem tem o poder, este é um perigo e que não tem a ver com uma questão partidária, tem a ver com uma questão cultural, as pessoas que divergem normalmente são pessoas que são mal observadas e que são objeto de exclusão e, portanto, os agrupamentos têm esse receio. Este é um perigo que se corre quando se procurar aproximar estes processos de decisão. Ao contrário daquilo que se possa dizer, há processos que se calhar lucramos todos que não estejam tão próximos do poder local, não estou a dizer que sejam todas as competências, mas algumas seguramente que não são boas decisões quando tomadas por proximidade, porque são influenciadas por quem tem mais poder, independentemente da razão, e sinceramente acho que este processo merece uma análise mais serena, fora de um contexto eleitoral, pré-eleitoral, uma vez que sabemos que este processo não vai acabar com as eleições, mas de qualquer maneira parecia-me e parece-me de ajuizar que nós tivéssemos mais cautelas do que aquelas que temos. É evidente que toda a discussão é útil, toda a partilha de ideias é útil e as decisões são importantes também, mas neste contexto tomar decisões no sentido de vincular um município a um projeto que está reduzido a cerca de dez municípios piloto e desses municípios piloto a maior parte centra-se na zona centro e norte, Lisboa tem dois municípios envolvidos, depois na zona centro cerca de mais quatro e depois na zona norte mais quatro, um dos quais Oliveira de Azeméis, parece-me um processo que desvirtua um pouco aquilo que é um processo de âmbito nacional, estamos a falar de autarquias, estamos a falar de um processo que implica mudanças na educação a nível nacional. Por isso, o município estando naturalmente orgulhoso com o convite que lhe fizeram para fazer parte de um conjunto de municípios piloto, também deve duvidar porque o poder central, independentemente das questões partidárias, tem sempre muita dificuldade em lidar com a transferência de dinheiro correspondente àquilo que é necessário para gerir um sector que nós temos público, com força, que é o sector da educação, porque de facto o nosso estudo depende em grande parte do sucesso desse sector. Portanto, o município deve refletir, do meu ponto de vista, certamente cada agrupamento fará essa reflexão, cada agrupamento deve pensar muito seriamente se é melhor para aquele agrupamento entrar neste processo e, portanto, penso que essa reflexão será feita de certa forma agora durante estes meses e, portanto, as decisões

virão e nós também aqui refletiremos. O Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Eu gostaria de fazer algumas observações ou alguns comentários sobre algumas coisas que aqui foram ditas, sobre alguns votos que aqui foram apresentados. Começaria pelo voto apresentado à Multimoto, efetivamente estamos a falar de uma grande festa de inauguração de umas grandes instalações, nós habitualmente somos ágeis, somos expeditos a parabenizar aquilo que é o investimento estrangeiro e não raras vezes esquecemos de evidenciar aquilo que é neste momento nacional, investimento que resulta do trabalho dos portugueses, investimento que resulta da capacidade de empresários portugueses. Estamos a falar de uma empresa de base familiar, que tem na sua génese um conjunto de irmãos de grande dinamismo e este investimento que nós tivemos a oportunidade de inaugurar de mais de dois milhões de euros é obviamente um investimento que visa preparar a empresa para o futuro, que visa colocar a empresa numa rota de ainda maior crescimento e, portanto, digamos que é um investimento de enormíssima importância para o tecido económico oliveirense. Parabéns a este conjunto de empresários que tiveram a coragem e tiveram a ousadia de avançar com um investimento desta dimensão num contexto económico altamente desfavorável e fazendo-o na terra onde cresceram. Em relação ao voto de pesar pelo falecimento do Senhor Artur Costa, naturalmente que os Vereadores do Partido Socialista se associam, era um homem simples, mas de grandes paixões, conhecendo a paixão das pombas e da escrita, mas seguramente que a sua maior paixão foi Oliveira de Azeméis e, portanto, é claramente um cidadão que tinha uma participação cívica exclusivamente genuína com um único objetivo que era dar o seu contributo para o engrandecimento e enriquecimento de Oliveira de Azeméis. Em relação à Assembleia Municipal Temática que tivemos sobre o Programa Aproximar a Educação já aqui analisado, na Assembleia Municipal Temática que foi pedida pela Bancada do Partido Socialista, obviamente que estamos satisfeitos com a sua realização, apreciamos a discussão que teve lugar nessa assembleia, porque entendemos que a qualidade da decisão será melhor quanto mais rica for a sua discussão e, portanto, nessa perspetiva aquilo que nós esperamos e como aqui já foi dito pelo Vereador Isidro Figueiredo, é que esse assunto seja alvo também de uma discussão profunda em sede de Executivo para que todos possamos dar a nossa visão e os nossos contributos acerca de uma reforma que é absolutamente fundamental. Em relação também à questão do Carnaval, eu obviamente que fico satisfeito com o surgimento do Carnaval de adultos, aproveitava para perguntar se a autarquia vai dar tolerância de ponto para esse dia, mas aquilo que eu gostaria de deixar aqui como nota e não como crítica, era que tivéssemos particular atenção às questões de segurança, que fizéssemos a organização do evento em estreita colaboração com a nossa corporação de bombeiros e que prestássemos a devida informação não só aos comerciantes, mas também aos moradores, porque esse ambiente em algumas ruas causa sempre algum transtorno e é bom que as pessoas tenham conhecimento disso atempadamente. Eu só gostaria de deixar aqui também uma breve nota sobre aquilo que foi dito pela Vereadora Ana de Jesus e o comentário que foi feito pela Vereadora Gracinda Leal. Eu percebi claramente a pertinência e a preocupação da

Vereadora Ana de Jesus com a sua intervenção e o que eu despercebi foi a resposta que a Senhora Vereadora Gracinda Leal deu, porque obviamente que os espetáculos tendo qualidade nós temos público. A requalificação do Caracas é importante, porque conferindo ao espaço segurança e conforto aquilo que nós fazemos é induzir consumo e, portanto, objetivamente nós criando essas condições obviamente que teremos ainda mais condições para ter mais sucesso nas iniciativas que nós realizamos. E obviamente que nós mesmo com as condições que temos, que são terríveis, que são más, é bom que nós tenhamos a coragem de o dizer, tenhamos a coragem de o assumir, conseguimos ter alguns espetáculos e muita qualidade e ficamos absolutamente satisfeitos com esses espetáculos e desejamos que enquanto a requalificação do Caracas não começa, continuemos a ter espetáculos de grande sucesso lá. Agora a questão que se coloca é uma questão simples: os concelhos vizinhos têm os seus espaços requalificados e nós não temos. Porque é que não o fizemos? Essa é a questão, porque quem esteve na inauguração da Multimoto ouviu de forma absolutamente clara, de forma absolutamente inequívoca, o discurso do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional Dr. Castro de Almeida, dizer claramente que já temos infraestruturas que chega, que o próximo Quadro Comunitário de Apoio não vai ser direcionado para as infraestruturas, vai ser claramente direcionado para o apoio à internacionalização da nossa economia. O objetivo, percebo eu da intervenção, foi percebendo que é essa a orientação estratégica do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que o Município tenha toda a atenção no sentido de eventualmente alguns recursos financeiros que fiquem disponíveis para outras coisas que não o apoio da internacionalização da nossa economia e do nosso tecido produtivo, que estejamos na linha da frente com um projeto perfeitamente delineado, perfeitamente adequado às respostas que nós queremos que aquela casa nos forneça e apresentemos esse projeto para que a requalificação seja possível, porque como sabemos com recursos financeiros da autarquia, pelo menos no curto e médio prazo será muito difícil enquanto não resolvermos o nosso plano de saneamento financeiro. Portanto, acho que esta chamada de atenção neste contexto, numa fase de arranque onde estamos a ouvir a falar nos primeiros projetos do Quadro 2020, acho que faz todo o sentido, acho que é uma questão inclusiva, Senhor Vice-presidente, aliás também na sequência da intervenção que foi feita pelo Vereador Helder Simões, devia ser trazida aqui ao Executivo para que nós tivéssemos possibilidade de em conjunto discutirmos os projetos que são absolutamente estruturantes para o futuro do concelho e pudéssemos aqui com um pacto de regime, expressão muito em voga, definirmos um conjunto de prioridades para todos em conjunto defendermos junto da Tutela de forma a que tenhamos um conjunto de espaços públicos, não me estou a referir unicamente ao Caracas, porque temos outro tipo de necessidades também que carece de requalificação. Passando concretamente àquilo que é a minha intervenção, eu pedi há um mês que o Senhor Presidente me fornecesse informação sobre a expansão de rede que se tinha verificado durante o ano de 2014, rede de água e saneamento obviamente, por parte da INDAQUA e que me fornecesse uma perspetiva daquilo que a INDAQUA se propõe fazer em termos de expansão dessa rede para o ano 2015, para que nós percebamos que com esta concessão efetivamente

estamos a ter a expansão de rede tão amplamente publicitada que nos permitirá ter a tal cobertura de rede a 100% e colocar-nos no conjunto de municípios que têm infraestruturas básicas no século XXI completamente concluídas. Uma outra nota, dizer que se assinala o 3.º aniversário do Circuito de Turismo Empresarial de S. João da Madeira, e todos sabem que este é um projeto que permite que em contexto real de laboração unidades industriais abram as suas portas ao público para que o público tenha oportunidade e tenha a possibilidade de verificar aquilo que é o mundo laboral. Obviamente que para além de empresas de referência, temos algumas instituições no concelho de S. João da Madeira, instituições relevantes como é óbvio, que estão também envolvidas neste projeto. Na minha opinião, na nossa opinião, este projeto é uma excelente ideia que devia ser replicada, aproveitada pelo município de Oliveira de Azeméis, que nós somos daqueles que entendemos as boas ideias como algo a aproveitar independentemente de serem ou não da nossa autoria e neste caso concreto eu julgo que em Oliveira de Azeméis temos todas as condições para importar esta ideia conseguindo assim valorizar uma das grandes marcas de Oliveira de Azeméis que é a nossa indústria. Seria também uma oportunidade que teríamos de mostramos aos nossos estudantes a realidade que os espero do mundo laboral, mas também do mundo industrial; teríamos a possibilidade também, porque é esse o objetivo do programa, de afirmarmos a nossa indústria e obviamente de atrairmos turismo e com essa atração do turismo dinamizarmos também o nosso comércio que bem precisa. Eu gostaria também de entroncar nesta questão uma iniciativa que eu acho que poderíamos começar a pensar e a amadurecer, pensar também num outro apontamento de base mais imaterial como foi referido aqui pela Vereadora Ana de Jesus, nós no mandato anterior apresentamos uma proposta para que em devido tempo em Oliveira de Azeméis pensássemos na criação do Museu do Calçado, temos fortíssimas raízes nesta área e faria todo o sentido avançarmos por aí. Na altura, esta proposta foi inviabilizada, porque quisemos ser mais ambiciosos, quisemos ir mais longe e queríamos um grande museu de indústria. Nem uma coisa, nem outra apareceu. O que é facto é que pouco tempo depois de termos apresentado a proposta, alguns meses depois, começou a falar-se na criação desse Museu do Calçado em S. João da Madeira e até na Feira se falou nisso. Portanto, objetivamente o que nós achamos que faria sentido também, porque temos uma escassez deste tipo de apontamentos que possam ser não só visitados pelos oliveirenses mas também por forasteiros e, portanto, nós pensarmos num conjunto de ofertas públicas a este nível, ao nível da museologia. Vamos ter obviamente o Centro de Interpretação do Vidro que vai ser uma resposta muito importante nesta matéria, temos um Museu Regional que esperamos que venha a sofrer uma requalificação que lhe dê mais dignidade, mas precisamos de mais apontamentos nesta matéria e, portanto, foi nesse sentido a nossa proposta, perpetuar para o futuro as memórias que temos dessas antiguidades. Aproveitar para perguntar em relação ao Pacto dos Autarcas, que é um movimento europeu que engloba autarquias, comunidades locais e regionais que se empenhem na implementação de projetos de eficiência energética e na utilização de energias renováveis no seu território dando cumprimento aquilo que são as orientações comunitárias de reduzirmos em 20% as emissões de

CO2 até 2020. E eu gostaria de saber se a autarquia, à semelhança de muitas autarquias pelo país fora, não só no plano nacional, mas também no plano internacional, já aderiu a este programa. Uma outra questão tinha a ver com o Plano Municipal de Promoção de Acessibilidades que em 2012 aprovamos. Este plano visava a eliminação de um conjunto de barreiras arquitetónicas, tivemos um período de sete anos concedido pela Lei para a adaptação de edifícios públicos, pouco se fez nesses sete anos conforme refere o nosso próprio plano. Em 2009 realizamos um estudo sobre acessibilidades nas áreas centrais das nossas então dezanove freguesias. Hoje a realidade da organização do território é outra, este estudo naturalmente que deveria ser adaptado a essa nova realidade, mas o que interessa aqui referir é que nós em 2010 participamos numa candidatura que foi apresentada pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, uma candidatura no valor de € 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil euros), onde estava naturalmente incluídos os cinco municípios que incluem esta associação. Como sabemos, esse trabalho foi uma verdadeira decepção porque na prática o que fez foi de forma absolutamente supérflua replicar a nossa realidade ou replicar a realidade de outros concelhos para o nosso e digamos que é um trabalho basicamente de copy paste de muitos que foram feitos por este país fora. Face à decepção que constituiu esta candidatura, resolveu a autarquia, e na nossa opinião bem, avançar com o Plano Municipal de Acessibilidades que seria desenvolvido em três fases: uma primeira fase de diagnóstico; uma segunda fase de propostos; e uma terceira fase de planos de ação, isto em três anos consecutivos (2011, 2012 e 2013). O que nós queríamos saber, o que eu acho que era importante saber, era o que foi feito entretanto em termos daquilo que estava previsto, nomeadamente em termos da sensibilização dos operadores públicos de transportes para a requalificação das suas viaturas, a revisão desses circuitos e da localização dos apeadeiros; a implementação de planos de requalificação das áreas centrais das freguesias promovendo os tais planos de acessibilidade que foram definidos; se foi feita alguma coisa ao nível daquilo que estava previsto em termos de ligação dos diferentes equipamentos públicos através de circuitos de mobilidade e acessibilidade e, portanto, objetivamente fazemos em sede de reunião do Executivo o ponto de situação daquilo que foi feito depois deste plano. Nós sabemos que o sistema de mobilidade e acessibilidades elimina barreiras arquitetónicas mas também trata de forma adequada os fluxos de movimentos de pessoas e permite, e fá-lo, valorizando o nosso património arquitetónico e paisagístico e também afirmando competitividade do território concelhio. Eu gostaria só de dar um exemplo da nossa realidade nesta matéria. Este edifício, por exemplo, onde nós nos encontramos retrata bem a nossa realidade, é um edifício que impede os munícipes portadores de mobilidade reduzida de exercer na sua cidadania participando civicamente numa reunião do Executivo. E, portanto, este não é o único exemplo, nós temos no nosso concelho, na nossa cidade vários exemplos destes, a Casa Museu Ferreira de Castro é outro exemplo, se quisermos as piscinas de La-Salette, existem outros exemplos destes onde as pessoas estão limitadas, estão impedidas de poder usufruir dos equipamentos públicos que o município disponibiliza. E, portanto, este ponto de situação é um ponto de situação que faz sentido, é evidente que nós temos atribuído o Selo Azeméis Integra no

que diz respeito a algumas iniciativas no sentido de promovermos boas práticas de melhoria de condições de acessibilidade e de mobilidade, mas obviamente que todos nós percebemos que definidas as regras de edificação, não só de espaços públicos porque já existe na Lei também regulamentação que obriga os privados a adotar práticas que permitam essa acessibilidade e essa mobilidade, obviamente que cabe ao município um papel importantíssimo nesta matéria. Portanto, Senhor Vice-Presidente, perguntar aquilo que foi feito, obviamente que não estarei à espera que me faça isso agora. O Senhor Presidente em exercício concedeu novamente a palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Senhor Vice-Presidente, as menções eram tantas que eu esqueci-me de uma manifestamente importante. De uma forma muito rápida, só salientar que amanhã vai ser apresentada a Equipa Sub23 da Liberty Seguros Carglass em Oliveira de Azeméis, com a presença do Rui Costa, ex-campeão do mundo, e com o Senhor Secretário de Estado do Desporto e com o Presidente da Liberty. É um projeto Sub23 Elite, temos a consciência clara de que está reunida a equipa das melhores promessas do ciclismo português, estão os campeões dos juniores mundiais, e esperamos que seja um projeto com muita relevância para o nosso concelho, para o nosso desporto. É um projeto que tem um Mourinho no ciclismo, como vocês sabem o Manuel Correia, que é o criador dos grandes ciclistas da atualidade em Portugal. Esperamos que desta equipa de Sub23 possam ser também escolhidos alguns atletas dos juniores da Escola de Ciclismo Bruno Neves, porque é um projeto também de parceria com a Escola de Ciclismo Bruno Neves e esperamos também que isto possa vir de facto a sedimentar e a solidificar a nossa intenção de marcar efetivamente o panorama do pelotão nacional em Oliveira de Azeméis. O Senhor Vice-Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Foram aqui colocadas muitas questões e eu vou responder a algumas delas por conhecimento direto ou conhecimento sobre algumas matérias. Tomei a devida nota das preocupações e das questões que foram colocadas e irei também transmitir ao Senhor Presidente e até junto dos nossos serviços para ver se na próxima reunião podemos esclarecer todas as dúvidas. Relativamente à intervenção do Dr. Pedro Marques, queria realçar a qualidade e a excelência da realização de projetos virados para a prática do desporto e da criação de melhores condições para a prática do desporto junto dos mais jovens, mas que também é bem visível nos resultados dos nossos clubes. Foi falada aqui a situação ou a conquista do título de campeão pelo NAC no atletismo, o mérito da Oliveirense fazer parte da Final Four da Taça da Liga e, portanto, vemos continuamente os nossos clubes a ganhar títulos nos mais diversos escalões e agora também este projeto na área do ciclismo, portanto, Oliveira de Azeméis continua a apostar forte na área do desporto e os clubes e os oliveirenses continuam a aderir à prática desportiva que é esse o objetivo fundamental. Relativamente à intervenção do Vereador Helder Simões tomei nota desta solicitação de visita à Casa Sequeira Monterroso. Dar nota que nós temos identificados, estamos a realizar projetos em todos os edifícios municipais e até em espaços públicos que queremos requalificar. Estamos a aguardar os avisos do novo Quadro Comunitário de Apoio para que logo que apareçam podermos de imediato apresentar os projetos, até pela experiência que temos relativamente ao último Quadro Comunitário de Apoio,

que às vezes os avisos abriam por um período curto e quem tivesse projetos em mão conseguia apresentar candidaturas com vista ao financiamento comunitário e quem não tivesse ficava para trás. Nós estamos a acautelar-nos com a elaboração desses projetos, temos em vista aqui a Casa Sequeira Monterroso, também hoje falou-se no Caracas e já temos o projeto do Caracas elaborado, já temos conhecimento das condições e das obrigações que as entidades da tutela exigem para aprovar e dar o parecer favorável a esses mesmos projetos e, portanto, estamos a fazer o nosso trabalho e à espera que surjam as oportunidades para requalificar estes espaços. Brevemente daremos nota de um dia e de uma hora para fazermos a visita à Casa Sequeira Monterroso. Quanto ao muro de Ossela eu já solicitei aos serviços de fiscalização uma reposta, se calhar até já me foi enviado mas ainda não tive oportunidade de ver, de qualquer maneira ver se alguém já terá ido visitar o local e ter uma informação sobre nisto. Quanto à vossa preocupação, manifestada na última reunião de Câmara, sobre a descarga da Indaqua nas caixas junto à rotunda de Lações, eu passado dois dias tive uma reunião com o Senhor Diretor da Indaqua de Oliveira de Azeméis, o Eng.º Eduardo Marques, e confirmei junto dele se isto realmente era ou não verdade e o que ele me confirmou foi o que o Vereador Helder Simões me confirmou, que há espaços ou locais onde é possível descarregar porque estão ligados a emissários que vão desaguar nas ETAR's, esta caixa está ligada a um emissário que tem como destino a ETAR do Salgueiro. Esta situação é grave principalmente para quem está a viver junto a estes locais, mas é melhor descarregar nestes locais do que no passado, em que por livre arbítrio, ou porque era mais fácil ou mais próximo ou tinha menos custos em descarregar em qualquer local e com os danos ambientes daí decorrentes. Este local vai ser um local onde vai continuar a ser efetuada essa descarga assim como outros locais que têm como destino as ETAR's para evitar o máximo de danos ambientais. Quanto às candidaturas, quais as candidaturas que foram apresentadas em sede de overbooking eu não tenho essa informação, vou pedi-la e depois na próxima reunião daremos nota dessa relação das candidaturas do município. Quanto à intervenção do Prof. Isidro Figueiredo, só realçar esta continuação das iniciativas municipais junto dos mais novos, em criar novos hábitos no fundo para assegurar um futuro com mais qualidade ambiental como foi este projeto Reciclo Óleo. Também como foi manifestado pelo Senhor Vereador, a Câmara Municipal continua empenhada em discutir e esclarecer todas estas questões relacionadas com a nova versão da proposta do Programa Aproximar a Educação. Os riscos, como disse o Vereador Dr. Manuel Alberto, existem mas como já foi aqui demonstrado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, o nosso objetivo é que eles sejam esclarecidos e discutidos conforme a contratualização do programa ou o resultado final seja do interesse municipal. É importante o contributo de todos para que se possa fazer a melhor contratualização possível e esse tem sido o objetivo da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, esperemos que traga benefícios para os nossos jovens e para os nossos alunos. Quanto ao novo regulamento da Área da Paisagem Protegida que ainda terá que vir aqui para se aprovar definitivamente, como em todos em regulamentos que nós elaboramos convém incentivar ou motivar a participação dos cidadãos. Os cidadãos oliveirenses não estão

muito vocacionados para essa participação na discussão dos regulamentos e no fundo nas regras que irão definir ou regular todas as situações nesta área da paisagem protegida e era importante o contributo de todos para que se faça uma melhor regulação possível. Relativamente ao Carnaval, também já foi referido pelo Senhor Vereador o que se vai passar este ano. Quanto às questões colocadas pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, quanto à situação do muro de Bustelo, dizer que a decisão que a Câmara vai tomar é em vender a parte ao particular, mas nós temos bastante dificuldade, até pelos meios tecnológicos na altura em que foi feita a expropriação por causa da abertura do Via do Nordeste, designadamente os dados topográficos do terreno e da ocupação, em acertar a área que efetivamente foi ocupada, mas estamos a desenvolver esse trabalho e terá que vir aqui à reunião de Câmara todo esse processo, a avaliação e, portanto, toda a instrução regular do processo para que esta situação fique resolvida. A reflexão que manifestou relativamente à situação da saúde e principalmente aqui na região, dos equipamentos de saúde, é uma reflexão que acho que devemos fazê-la, todos nós temos consciência e temos visto até pelas notícias da comunicação social e da imprensa das situações negativas que têm ocorrido nesta área. O nosso objetivo relativamente à manutenção do serviço de urgência foi um ponto assente que nós sempre assumimos desde o início e vamos continuar a mante-lo, penso que não há razões para nos preocuparmos com a não manutenção deste serviço, mas claro que queremos e estamos atentos para que estes serviços de proximidade, principalmente nesta área se mantenha o máximo possível junto de nós e junto dos municípios de Oliveira de Azeméis, quer no nosso hospital, quer no hospital de Santa Maria da Feira, que é para onde eles são reencaminhados. De qualquer maneira darei nota ao Senhor Presidente para junto não só da Administração do Hospital S. Sebastião e daqui da região, quer junto da Tutela, saber se existe alguma situação anormal relativamente ao atual estado das coisas. Quanto aos fundos que se perspetivam para o novo quadro comunitário 2020, realmente fala-se de muitas coisas mas concretamente não se sabe exatamente se vai ser afeto a determinados projetos ou a determinadas áreas de atuação pública que têm sido reclamadas porque são necessários para uma série de setores, mas que ainda não se sabe o quanto é que vai ser atribuído. Sabemos que realmente vai haver uma grande disponibilidade de apoio para as empresas, para a requalificação e inovação das empresas que abrange uma grande quantidade de disponibilização dos fundos e não vai haver para as ditas infraestruturas como existiu no passado. Todas as semanas temos informações, workshops, formações, sobre várias temáticas. Relativamente a apoios para projetos imateriais também vai haver, para a requalificação urbana também vai haver, mas só queríamos saber de que forma, com que valores e como é que podemos integrar. Posso dizer que o município nas mais diversas áreas vai a todas essas sessões, está atento e está a desenvolver todo o trabalho para quando surgir uma oportunidade aproveitá-la no sentido de requalificar, de melhorar o que podermos com base no aproveitamento destes fundos. Quanto ao que foi aqui referido pela Vereadora Gracinda Leal, reforçar esta atenção e esta preocupação do gabinete da cultura, já temos as condições mal saia um aviso para a requalificação deste espaço como já referi para nos podermos candidatar a

essa requalificação. Queria aqui realçar o trabalho e o empenho do gabinete no sentido de permitir aos oliveirenses o acesso a espetáculos atuais que se vão realizando neste espaço, que é um espaço nobre e que queremos que tenha condições para acolher estes e outros espetáculos e que as pessoas se sintam com o máximo de conforto na visibilidade dos mesmos. Relativamente à intervenção do Vereador Manuel Alberto e as questões que colocou, dizer que relativamente à Rua dos Cavaleiros e à colocação de um portão pelo privado, a informação dos nossos serviços técnicos concluem que estamos perante uma via privada, ainda não há uma decisão definitiva sobre essa matéria, apesar de haver uma decisão de toponímia relativamente ao local por isso que é que se chama Rua dos Cavaleiros, mas já foi esclarecido até pela própria intervenção do denunciado que aquele asfaltamento que existe naquela estrada foi realizada no fundo numa negociação quando houve a expropriação para o IC2, o particular cedeu terreno para a abertura daquele espaço e foi compensado com o asfaltamento daquela via pela concessionária que esteve a fazer o IC2. Esse asfaltamento não foi uma obra pública, não houve uma intervenção pública, no fundo a única intervenção pública que existiu foi a classificação do espaço e a atribuição de um topónimo. Como lhe disse ainda não tenho uma decisão definitiva, espero dar conhecimento da conclusão desses pareceres relativamente a esta matéria, mas a última informação técnica que tenho sobre esta matéria aponta para esta decisão. Quanto às candidaturas e a situação da Casa Museu, o Senhor Presidente está a acompanhar isto e eu vou dar-lhe nota desta preocupação e na próxima reunião certamente que trará aqui informação, tanto assim é que na próxima reunião as candidaturas, que eu acho que houve uma prorrogação do prazo, não sei se até ao final desta semana, mas depois quando apresentarmos a relação das candidaturas também trazemos a situação da Casa Museu. Relativamente às Margens do Caima, também vou dar nota, não lhe posso dizer exatamente qual o plano de recuperação neste momento, mas brevemente também traremos aqui o que pensamos fazer relativamente à recuperação daquele espaço que queremos, principalmente na época de Verão que é mais utilizado e procurado pelas pessoas, que esteja nas melhores condições. Quanto às questões solicitadas pelo Senhor Eng.º Joaquim Jorge, já falei relativamente ao Caracas, o carnaval ficará a aguardar e também realçou a importância da Multimoto. O Programa Aproximar a Educação, conforme já referimos, se for necessário irá haver uma reunião da Câmara Municipal para discutirmos o que ainda houver para discutir. Quanto à expansão da rede em 2014/2015 da Indaqua, o que posso referir, daquilo que sei e tenho conhecimento por acompanhar tudo o que está a ser feito pela Indaqua, dizer que consta do plano de investimentos que a primeira obra que irá ser encetada nesta área será a construção da ETAR a sul da cidade. Isto envolve a ocupação de terrenos privados, a negociação com privados para a passagem dos respetivos emissários e esse trabalho está a ser desenvolvido, o projeto da ETAR também já está executado e, portanto, esta será a construção inicial. Este tem sido o trabalho realizado até este momento, de qualquer maneira, daremos nota do que irá ser feito, no fundo corresponderá ao segundo ano do plano de investimentos que todos já conhecem e que está anexado ao contrato de concessão. Quanto ao Pacto de Autarcas, nós já aprovamos aqui em reunião de Câmara a

adesão ou a intenção de adesão, nós aprovamos a adesão a este movimento do Pacto de Autarcas, em sede da Energaia, ou seja, a Energaia apresentou para além do município de Gaia que já faz parte deste movimento, apresentou uma proposta de adesão envolvendo todos os municípios da Energaia e isso veio aqui a uma reunião de Câmara. De qualquer maneira confirmo depois com o Senhor Vereador. O nosso objetivo é mesmo esse, é até 2015 criarmos as condições para reduzir a emissão de CO2 em 20% e nós queremos também estar na linha da frente. Quanto ao Plano Municipal de Promoção de Acessibilidades, ainda existe muita coisa por fazer, nós continuamos com os nossos incentivos às empresas, temos uma equipa municipal que este ano vai iniciar uma análise e fiscalização às situações dos edifícios. Nós vamos começar esse trabalho também para fazer as notificações e em parceria com as administrações de condomínios dos edifícios ou particulares criarmos as melhores condições para as acessibilidades e segurança das pessoas na circulação pelo nosso concelho. Também estamos atentos a algumas candidaturas nesta área da mobilidade, nós temos a ligação entre os principais equipamentos da cidade asseguradas no próprio PDM, temos projetos virados para esta preocupação, vamos iniciar este ano a introdução de ciclovias na cidade, estão previstos no âmbito da requalificação e já temos projetos da requalificação dos edifícios municipais. Estas melhorias vão sendo graduais, as situações estão sinalizadas e, portanto, contamos que haja condições quer para nos novos projetos, quer para os novos projetos de intervenção na área pública, quer de requalificação dos edifícios municipais podermos fazer algumas das retificações que sabemos que são necessárias realizar. Eu não sei se respondi a todos, há questões que ficam por esclarecer, eu tomei nota de todas as situações e darei conhecimento das mesmas ao Senhor Presidente com vista à resposta na próxima reunião de Câmara. O Senhor Presidente em exercício concedeu novamente o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Eu só queria fazer uma pequena reflexão em relação ao que disse e que é o seguinte: Nós, município, com o Plano de Promoção de Acessibilidade, é que demos a nós esse prazo para nós concluirmos essas implementações, porque nós não precisamos de fazer o diagnóstico para os edifícios públicos, nós já o fizemos, nós já fizemos esse diagnóstico, esse Plano de Promoção das Acessibilidades já tem esse diagnóstico feito, agora precisamos é de o implementar. A primeira fase do projeto que levamos a cabo já fez esse diagnóstico e concluiu-o, portanto, objetivamente nós sabemos o que é que vamos fazer. Há a necessidade de nós adaptarmos este Plano Municipal de Acessibilidades à nova realidade territorial que temos, portanto, o PDM de 2012 não dá esse tipo de respostas e unicamente contempla três intervenções. Nós estamos a falar aqui de dezanove intervenções que agora passam para doze e da necessidade de adaptar este plano, com esta organização as áreas centrais das freguesias mantém-se como é evidente, mas nós podemos ter interesse em definir uma área central da União das Freguesias ou então já não temos a mesma perspetiva de requalificar as áreas centrais para cada uma das freguesias, porque elas poderão ter perdido alguma importância em relação à concentração de alguns serviços públicos. Portanto, a chamada de atenção vai objetivamente nesse sentido. O Senhor Presidente em exercício disse: penso que foi comumente

aceite por todos a aprovação do voto de pesar e do voto de congratulação e o reforço também de concordarmos com a proposta de atribuição do nome ao Concurso Concelhio de Columbofilia. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias oito e vinte e um do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** O Senhor Presidente em exercício colocou à aprovação a ata nº 36, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira, que não esteve presente na referida reunião. Seguidamente o Senhor Presidente em exercício colocou à votação a ata n.º 37, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Dra. Ana de Jesus, que não esteve presente na referida reunião. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM O CENTRO INFANTIL DE S. ROQUE (I/536/2015):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A candidatura apresentada pelo Centro Infantil de S. Roque, à Medida 3.2 - Melhoria de Qualidade de Vida, da Ação 3.2.2- Serviços Básicos para a População Rural, da ADRITEM- Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de S. Maria, no âmbito do financiamento PRODER; - O teor do ofício do Centro Infantil de S. Roque, com o assunto “Pedido de Participação para aquisição de miniautocarro, viatura de passageiros de 9 lugares, equipamento informático e mobiliário”; - O quadro de atribuições e competências das Autarquias aprovado pela Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; - Que as Instituições Particulares de Solidariedade Social são instituições constituídas sem fins lucrativos, por iniciativa privada, e têm por objetivo essencial facultar respostas de ação social, através da concessão de bens e da prestação de serviços, nomeadamente apoio a crianças, jovens e famílias; Assim, ao abrigo da alínea o) do número 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, proponho: - A aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar com o Centro Infantil de S. Roque, documento este que fica arquivado em pasta anexa

ao livro de atas, com o compromisso de fundo disponível número 694/2015, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MINUTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM O CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO DE PINDELO**

(I/517/2015): Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 02 de janeiro de 2008, foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo, com vista a cooperação financeira no âmbito do Programa PARES, de apoio à construção de Creche e Serviço de Apoio Domiciliário; - Que para a concretização do seu objetivo há a necessidade de se proceder à alteração das cláusulas terceira, quarta, e sexta do referido Protocolo; - O ofício da entidade de 29 de setembro de 2014, pelo qual solicita o “...montante de 59.683,00 € referente a 20% do diferencial apurado”; Ao abrigo da alínea o) n.º 1, artigo 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, proponho: - A aprovação da minuta de Adenda ao citado protocolo, a celebrar com o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como se autorize a proceder aos pagamentos no mês de janeiro e fevereiro de 2015 (Conforme n.º2 da cláusula quarta da Adenda); correspondendo ao Compromisso de Fundo Disponível número 695/2015, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos, incluindo ratificação e convalidação de atos e pagamentos entretanto ocorridos, com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PRÉMIO DE FOTOGRAFIA FERNANDO PAÚL – PROJETO DE NORMAS DE PARTICIPAÇÃO, EDIÇÃO 2015 (I/5006/2015):**

Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. - Que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio do património, cultura e promoção do desenvolvimento [alínea e) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro]. - Que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pretende homenagear a memória e a produção fotográfica de Fernando Paúl, reconhecido fotógrafo oliveirense, bem como estimular e promover a fotografia e fomentar a salvaguarda, o conhecimento, a divulgação e a memória do património e tradições do concelho. Proponho: - Que a Câmara Municipal delibere aprovar o Projeto de Normas de Participação do Prémio de Fotografia Fernando Paúl, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo do disposto no art.º 42º, 73º e 241º da Constituição da República Portuguesa, conjugados com o preceituado na

alínea e) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONCURSO DE PRESÉPIOS 2014 - HOMOLOGAÇÃO DA ATA E ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 06.01.2015, o qual se passa a transcrever: “Considerando: - Que os objetivos subjacentes a esta iniciativa são proporcionar uma maior vivência da mensagem natalícia; sensibilizar a comunidade para a tradição cultural da construção do presépio; promover a manifestação artística e a criatividade interinstitucional e individual e criar condições para a fruição literária, científica e artística e para o estímulo do espírito crítico-reflexivo no município; -Que, de acordo com as normas do concurso, compete à Câmara Municipal a atribuição dos três prémios, no valor de 100€ cada; - As deliberações tomadas pelo Júri do Concurso de Presépios 2014 constantes da ata, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; Sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade (art.º 35.º n.º 3 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); determino: 1. A homologação da ata da reunião do Júri e a atribuição dos três prémios no valor de 100€ cada; 2. A ratificação do presente despacho, nos termos e para os efeitos do art. 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na primeira reunião da Câmara Municipal realizada após a assinatura do mesmo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ESCOLA DE MÚSICA GIRASSOL – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE LOCAÇÃO (I/1432/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado por Agostinho Manuel Andrade Costa, em representação da Escola de Música Girassol, com vista à realização de espetáculo de Música e Teatro dia 07/03/2015, pelas 20,30h – E/603/2015, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste

regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro. Proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação a Agostinho Manuel Andrade Costa em representação da Escola de Música Girassol, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE OKINAWA G. KARATE-DO – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE LOCACÃO (I/952/2015):** Retirado para melhor análise. =====

===== **FINANCAS E CONTABILIDADE** =====

===== **CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO 2015 (I/5205/2015):** Do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no ponto 2.3.4.3 das considerações técnicas do POCAL - Dec. Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, procedimentos estatuídos na norma de Fundos de Maneio aprovado no Plano Global de Gestão de Riscos do MOA e ainda nos termos do art.º 10.º do DL nº127/2012 de 21 de Junho, remeto para aprovação do Órgão Executivo a constituição dos Fundos de Maneio para o ano 2015, de acordo com o quadro abaixo

Responsável pelo Fundo	Tipo de Despesa	Orgânica	Classificação Económica	Designação	Valor	CFD	Período de Utilização	Natureza da Despesa
Catarina Reis	0297	020111	02010801	Material de Escritório	100,00 €	680	Mensal	Aquisição de Material de Escritório
Clara Marques	0224 / 0230	020117	02020301	Aquisição de Serviços - Conservação e Reparação de Bens	25,00 €	681	Mensal	Conservação e Reparação de Bens
Clara Marques	0110	020117	020107	Despesas com o Pessoal - Vestuário e Artigos Pessoais	100,00 €	681	Mensal	Vestuário e Artigos Pessoais
Fátima Henriques	0296	020124	020104	Limpeza e Higiene	200,00 €	682	Mensal	Produtos de Higiene e Limpeza
Nuno Tavares	0204	020124	02012101	Aquisição de Bens Duradouros	400,00 €	683	Mensal	Aquisição de Equipamento a incluir no Património do Município - Bens do Activo Imobilizado
Flora Justo	2236	020125	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	125,00 €	693	Mensal	Aquisição de material Didáctico-Pedagógico, destinados a iniciativas desenvolvidas no âmbito da BMFC

Pedro Costa	0216	020125	02011501	Aquisição de Bens - Artigos para Oferta	100,00 €	684	Mensal	Artigos destinados a serem oferecidos em iniciativas camarárias
Mário Jorge	0294	020122	02012101	Aquisição de Bens - Diversos	100,00 €	685	Mensal	Plantas, Flores, Relva, Herbicida, etc...
Mário Jorge	0215	020122	020117	Aquisição de Bens - Ferramentas e Utensílios	150,00 €	685	Mensal	Ferram.Ut.Desg.Rápido (Pás, Picaretas, Chaves de Fendas, Brocas, etc...)
Mário Jorge	0227	020122	02020301	Aquisição de Serviços - Conservação e Reparação de Bens	650,00 €	685	Mensal	Conservação e Reparação de Bens
Doroteia Sá	0277	020111	02022503	Aquisição de Serviços - Refeições e Alojamentos Pagos a Terceiros	200,00 €	686	Mensal	Almoços, Lanches, Porto de Honra, Jantares e Alojamentos pagos a não funcionários

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS, três votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente em exercício, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA – AMTSM**

(I/5138/2015): Do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 272/2014: 4.372,60€ - Transferências de Capital - Ponto Monitorização nº1 (S. Pedro de Castelões); Fatura nº 286/2014: 685,16€ - Transferências Correntes de Dezembro de 2014; Fatura nº 291/2014: 1.440,24€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Dezembro de 2014; Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível o nº 687 de 2015, conforme determina a Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONSELHO DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL E DO BENEFÍCIO PAROQUIAL DE CESAR – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/5152/2015):**

Do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios, designadamente no domínio do Património, Cultura e Promoção do Desenvolvimento (art.º 2 conjugado com a alínea e) e m) do nº 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro); - O teor do ofício do Conselho da Fábrica da Igreja Paroquial e do Benefício Paroquial de Cesar, pelo qual solicita apoio financeiro para obras - Casa do Cruzeiro e Auditório, dos quais entregam documentos justificativos no valor de 8425.50 € (E/39585/2014); - Os fins e as atividades desenvolvidas nestes equipamentos, que têm desempenhado um papel fundamental e preponderante na vida cultural, com forte relevância socioeconómica. Proponho: - A atribuição de um apoio financeiro ao Conselho da Fábrica da Igreja Paroquial e do Benefício Paroquial de Cesar, no montante de 4.000,00 € (quatro mil euros), para os identificados fins, ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do art.º 33º do Anexo I da Lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta o reconhecido interesse público municipal subjacente à sua realização; - Que o pagamento do valor mencionado seja disponibilizado durante o mês de fevereiro do ano corrente; sendo que os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromisso de fundo disponível n.º 702/2015, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **REVOGAÇÃO DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO TAL – TEATRO AMADOR DE LOUREIRO**

(I/98604/2014): Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando que: - Foi celebrado em 9 de novembro de 2005, Protocolo de Cedência de instalações, com a Associação TAL – Teatro Amador de Loureiro, mais concretamente da Antiga Escola Primária da Arrota (n.º139/2005); - Em 2 de dezembro do ano corrente, foi pela referida Associação denunciado o mesmo, em virtude de terem passado a dispor de um outro espaço mais adequado à realidade atual (E/39005/2014); - Que já não se mantêm os pressupostos que presidiram à celebração do citado Protocolo; Proponho: A revogação do mencionado Protocolo de Cedência de instalações celebrado com a Associação TAL-Teatro Amador de Loureiro, nos termos e pelos fundamentos expostos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REVOGAÇÃO DE PROTOCOLOS DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES**

(I/5343/2015): Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando que - Foram celebrados Protocolos de Cedência de instalações, com a extinta Freguesia de Ul: a) em 12 de agosto de 2010, da antiga EBI - Adães; b) em 12 de novembro de 2012, da antiga EBI - Ouriçosa; - O teor do ofício da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl (E/18418/2014); - Que já não se mantêm os pressupostos que presidiram à celebração dos mesmos; Proponho: A revogação dos mencionados Protocolos de Cedência de instalações, nos termos e pelos fundamentos expostos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES A CELEBRAR COM O GRUPO FOLCLÓRICO “AS PADEIRINHAS DE UL” (I/5350/2015):**

Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios instituídos e o quadro de atribuições e competências concedidas às Autarquias Locais; - Que a descentralização administrativa assegura a concretização do ”Princípio da Subsidiariedade”,

as atribuições e competências exercidas pelo nível de administração melhor colocado, prossegue maior eficácia e satisfação das necessidades das populações; - O teor do ofício enviado pela União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Macinhata da Seixa e Madail (E/18417/2014), quanto à cedência de instalações “As Padeirinhas de Ul”, (E/18417/2014); - A missão, objetivos e atividades desenvolvidas pelo Grupo Folclórico “As Padeirinhas de Ul”, designadamente na área cultural e recreativa. Proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Cedência de Instalações, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Grupo Folclórico “As Padeirinhas de Ul”, ao abrigo da alínea f) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), que tem por objeto a cedência, a título gratuito, da utilização da antiga Escola de Ouriçosa, para nela serem desenvolvidos projetos e atividades no domínio associativo, cultural e recreativo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES A CELEBRAR COM O RANCHO FOLCLÓRICO “CRAVOS E ROSAS” I/5370/2015**): Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios instituídos e o quadro de atribuições e competências das Autarquias Locais; - Que a descentralização administrativa assegura a concretização do ”Princípio da Subsidiariedade”, as atribuições e competências exercidas pelo nível de administração melhor colocado, prossegue maior eficácia e satisfação das necessidades das populações; - O teor do ofício enviado pela União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (E/18417/2014), quanto à cedência de instalações ao Rancho Folclórico “Cravos e Rosas” (E/18417/2014); - A missão, objetivos e atividades desenvolvidas pelo Rancho Folclórico Cravos e Rosas, designadamente na área cultural e recreativa. Proponho - A aprovação da minuta do Protocolo de Cedência de Instalações, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Rancho Folclórico Cravos e Rosas, ao abrigo da alínea f) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), que tem por objeto a cedência, a título gratuito, da utilização da antiga Escola de Adães, para nela serem desenvolvidos projetos e atividades no domínio associativo, cultural e recreativo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE LOUREIRO (I/5338/2015)**): Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias; - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente no domínio da promoção do desenvolvimento; - A prossecução das atribuições e o exercício das competências

das autarquias locais devem, entre outros, respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público; - Que foi solicitada a utilização do imóvel sito no Lugar de Arrota, da Freguesia de Loureiro, (onde funcionava anteriormente a EBI), pela Junta de Freguesia de Loureiro, para nele desenvolver atividades recreativas e culturais. Proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Cedência de Instalações a celebrar com a Freguesia de Loureiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo do nº 1 e alínea m) do n.º2 ambos do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), que tem por objeto a cedência, a título gratuito, da utilização do imóvel inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 981, da mesma Freguesia (onde funcionava anteriormente a EBI de Arrota), para desenvolvimento de atividades recreativas e culturais; - Que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 25º do mesmo diploma.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **INCORPORAÇÃO DE “QUADRO ARTÍSTICO”, EM BENEFÍCIO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL (I/45995/2014):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Doação: Obra com o título "Casario", do artista Maria José Gomes Marques da Silva "Mizé". Propõe-se: Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea J), do nº1 do Artº33 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a aprovação da incorporação do bem referido, a título de doação, em benefício do Inventário Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL GENÉRICO PARA AQUISIÇÃO/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-TAREFA EM 2015 (I/5137/2015):** Do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 - LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: a) Contratos de Prestação de Serviços nas modalidades de Tarefa e de Avença e b) Contratos de Aquisição de Serviços cujo objeto seja a Consultadoria Técnica. O referido parecer prévio obedece aos termos e tramitação definidos na Portaria n.º 53/2014, de 3 de março de 2014, ou outra portaria que venha a ser publicada entretanto para os mesmos efeitos, aplicável à Administração Central do Estado, continuando a não existir ainda Portaria de aplicação à Administração Local. Nas

Autarquias Locais, este parecer é da competência do órgão executivo, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75º da LOE 2015 e depende da verificação dos seguintes requisitos: a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; b) Aplicação da redução remuneratória, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 75º da LOE 2015; c) Declaração de cabimento orçamental; d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas. Neste âmbito, a circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014-SEAP de 10/07/2014 proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA); São nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados que violem o disposto no artigo 75º da LOE 2015. Considerando o parecer emitido em Maio de 2011 pela CCDRN com a referência “DSAJAL/DAJ ID 943719” em resposta à nossa solicitação, o Município poderá, “na ausência de Portaria regulamentadora, fixar as situações, de forma rigorosa, naquelas que podem ser objeto de um parecer genérico favorável, nos mesmos moldes em que tal parecer foi fixado para a Administração Central”. Ainda de acordo com o parecer emitido pela CCDRN, as extremas que deverão balizar o eventual parecer genérico a aprovar pelo órgão executivo exigem a verificação de três requisitos cumulativos (artigo 4º da portaria nº 53/2014 de 3 de março): a) O reduzido valor do contrato a celebrar com a mesma contraparte; b) O objeto do contrato; c) A duração do contrato, admitindo que seja aplicável apenas às prestações que se esgotem num curto período de tempo. Considerando: a) Que parece não ter aplicabilidade o disposto nos números 1 e 5 do artigo 75º da Lei nº 82 B/2014, de 31 de Dezembro a todas as despesas que resultam de imposições legais, para as quais a entidade contratante não dispõe de alternativa de mercado, como são exemplo: os averbamentos de cartas de condução do IMTT; registo dos resíduos da APA (Associação Portuguesa do Ambiente); calibração de massas pelo Ministério da Economia e do Emprego – Direção Regional do Norte); registos na Conservatória do Registo Predial, e outras situações equiparáveis, dado que as mesmas podem não se mostrar totalmente enquadradas na noção estrita de contrato de aquisição de serviços, nos termos do art.º 450º do CCP, e os valores a pagar encontram-se previamente e legalmente definidos em tabelas de emolumentos/taxas; b) O parecer técnico-jurídico de 12/01/2015, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, no qual se procura descrever os vários tipos de contratos de aquisições de serviços

que o Município pode celebrar, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 14 do art.º 75º da LOE 2015; c) Que nos termos do n.º 14º, do art.º 75º da LOE 2015, estão excecionados de parecer prévio favorável a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000, com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, independentemente do valor e do prazo de execução do serviço. Considerando ainda que tal normativo coloca questões de delimitação e enquadramento da noção de contratos de tarefa, em contraponto com o conceito amplo de aquisição de serviços, bem como pode em algumas circunstâncias ser um mecanismo demasiado restritivo da especificidade e da satisfação das necessidades inerentes à atividade municipal. Propõe-se a aprovação do seguinte parecer prévio favorável genérico: *Parecer Prévio Favorável Genérico para Aquisição/Prestação de Serviços -Tarefa para 2015, com efeitos a 1 de janeiro. É concedido parecer prévio favorável genérico, desde que verificados os requisitos referidos no parágrafo 3º e seguintes, à celebração ou renovação de Contratos de Aquisição/Prestação de Serviços - Tarefa nas situações previstas no artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, sem prejuízo da aplicação da correspondente redução remuneratória prevista no referido artigo, desde que a aquisição/prestação de serviços de tarefa em sentido amplo a executar cumpra cumulativamente os seguintes requisitos: a) Não seja ultrapassado o montante anual de € 5 000 (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte, quer seja por ato/contrato, quer seja por agregação; b) Contratos cujo objeto se traduza numa das seguintes situações, na medida em que se considera que os mesmos poderão configurar um contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa: - Workshops / Oradores; - Serviços de reportagem fotográfica, fotojornalística e recolha de imagens multimédia; - Avaliações/perícias de bens móveis e imóveis; - Ações de Formação que não ultrapassem 132 horas; - Serviços de Informática, multimédia, internet; - Serviços de Consultadoria, Auditoria internas e externas (financeiras e a sistemas de gestão de qualidade e outros); - Serviços de limpeza, conservação, manutenção, higienização, de espaços e bens Imóveis e móveis; - Serviços de vigilância e segurança; - Serviços elétricos, de canalizador, de pichelaria, carpintaria; - Outras situações equiparáveis, complementares, similares e afins às referidas anteriormente. c1) Aquisições/ prestações de serviços - tarefa cuja a execução se conclua no prazo de 20 dias, a contar da notificação da adjudicação, ou, nos casos aplicáveis, c2) Aquisições/prestações de serviços - tarefa de manutenção ou assistência a máquinas, equipamentos ou instalações, cuja execução se conclua no prazo máximo de 1 ano, a contar da notificação da adjudicação.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SALVAMENTO AQUÁTICO PARA PISCINAS MUNICIPAL E DE LA SALETTE (I/5346/2015):** Do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das

Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, tendo por base a RQI n.º 1495/14 (I/83657/2014) e a Informação Interna com a referência I/5133/2015, torna-se necessário proceder à contratação da prestação de serviços de salvamento aquático para as Piscinas Municipal e de La Salette, pelo período de 12 meses, considerando o previsto no art.º 31.º, da Lei 68/2014, de 29 de agosto, que respeita à obrigatoriedade " (...) da presença de nadador-salvador permanentemente no cais da piscina de uso público, com curso válido, apenas para as funções atribuídas no seu conteúdo funcional, ou seja, apenas para o salvamento aquático; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo n.º 14, da LOE 2015, face ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/ IVA), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. N.º92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota N.º 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014- SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de €25.506,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e seis euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; - Que, nos termos do estatuído no artigo 2.º e 4.º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), o procedimento está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor correspondente a 8%, passando o preço base do procedimento apresentado a ser de € 23.465,52 (vinte e três mil e quatrocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; - Que o referido valor, €23.465,52 (vinte e três mil e quatrocentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontra-se cabimentado na rubrica 020220, pela Proposta de Cabimento n.º 145/15 e enquadramento do Plano Económico e Financeiro (EPEF) 352/2015; - Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção do ajuste direto em regime geral, tendo em conta o valor da despesa estimada já referido, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. - Que a autorização prévia para este compromisso plurianual foi assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais – Orçamento e Grandes Opções

do Plano (GOP) para 2015, encontrando-se previsto na rubrica 020220 - Outros Trabalhos Especializados, cujo valor máximo para 2015 é de € 732.960,00 e, para 2016, é de € 735.000,00. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de serviços de salvamento aquático para Piscinas Municipal e La Salette. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ESPETÁCULOS COM O GRUPO D.A.M.A.” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente, datado de 16.01.2015, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da minha própria competência, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com o artigo 128º, do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.): Considerando: - Que, nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, tendo por base a RQI n.º 1956/14, se torna necessário proceder à contratação de dois espetáculos com o grupo "D.A.M.A.", a realizar nos dias 24 e 25 de janeiro de 2015; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo n.º 14, da LOE 2015, face ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/ IVA), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. N.º 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota N.º 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado para a celebração do referido contrato é de EUR 8.000,00 (oito mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; - Que, nos termos do estatuído no artigo 2º e 4º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), o procedimento está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 8%, passando o preço base do procedimento apresentado (EUR 8.000,00) a ser de EUR 7.360,00 (sete mil, trezentos e sessenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; - Que o referido valor (EUR 7.360,00, acrescido de IVA) encontra-se cabimentado na rubrica 02022504, pela Proposta de Cabimento n.º 127; - Que a realização da próxima reunião de câmara é no dia 22 de janeiro de 2015; - Que, apesar da próxima reunião se realizar já na próxima quinta-feira,

pretende-se a realização dos concertos nos dias 24 e 25 de janeiro de 2015, situação que obriga ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Concordo com o proposto na “Informação de Início de Procedimento” (I/4824/2015). Determino, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 1956, por ajuste direto em regime geral, tendo em conta o valor da despesa estimada já referido, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20º, do CCP e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 127 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 40/2015. Determino que se proceda, conforme indicação do Serviço Requisitante, ao convite para apresentação de proposta ao seguinte prestador de serviços: Glam – Celebrity Management. Delego a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na Técnica Superior, Dr.ª Susana Cruz, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69º, do C.C.P, da competência para adjudicação. A proposta deverá ser analisada pelos elementos dos serviços abaixo mencionados, podendo os mesmos convidar o prestador de serviços a melhorar a sua proposta: 1º Elemento – Técnica Superior, DR.ª SUSANA CRISTINA ROCHA CRUZ; 2º Elemento – Coordenador Técnico, CARLOS ALBERTO MOTA CARVALHO; 3º Elemento – Técnico Superior, DR. ALDO LUÍS LA-SALETTE SILVA SOUSA; 1ª Suplente – Técnica Superior, DR.ª ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX; 2ª Suplente – Assistente Técnica, CARMINDA SEABRA SANTOS; 3º Suplente – Assistente Operacional, RUI MOTA CARVALHO.” =====

===== MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO VILLA CESARI (I/5502/2014): Retirado para melhor análise. =====

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,

, na qualidade de secretária a redigi. =====